

Reconstrução social do espaço rural no contexto de transição para a sustentabilidade

José Marcos Froehlich¹

Rosa Cristina Monteiro²

Abstract: In the present paper we analyse the construction of the contemporary association between “rural space” and “nature”, and we criticize the identification of this relationship as a perspective to get sustainable development. The analysis of socialpolitical implications of this identification makes us elaborate a paradigmatic proposition which, based on Gilles Deleuze and Felix Guattari works, demands the surpassing of technical-scientific rationalities by the absorption of poetical-creative energies in designing sustainable sceneries. The Land Art works are claimed as exemplification of our paradigmatic proposition.

“Falamos a várias vozes. O mundo é visto como localidades rodeadas de vizinhança, circunstâncias, conectadas entre si pelos trevos que viram lugares, ligados entre si pelas vias que irradiam no global, cujo *status* mais ou menos local não sabemos decidir. Essas proposições valem para o inerte, o vivo, simples e complexo, para as cem espécies de coletivo, para a obra e o pensamento, formal ou belo, rodeados de condições ou de guirlandas; deveríamos seguir para uma teoria global dos trevos e circunstâncias, vizinhanças e misturas, coroas de trocas em torno do lugar ocelado, válido para a paisagem, mas em busca da universalidade. Onde se encontra aí a passagem do local ao global?”

Michel Serres

I – Modernidade e construção social do espaço: urbano ou rural.

Iniciamos nossa reflexão com uma referência à periodização histórica que identifica um tempo “moderno”, correspondente aos processos socioculturais que desde o século XVIII caracterizam as relações da humanidade com a produção material.³

Localizamos neste intervalo histórico o predomínio de uma idéia de modernização, a qual corresponde invariavelmente uma idéia de urbanização, entendida esta como “incremento de alocação de

¹ Doutor em Desenvolvimento, agricultura e sociedade. Professor da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jmfroe@ccr.ufsm.br

² Doutora em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: rosacris@ufrj.br

³ A designação deste período histórico como “modernidade” tem sido objeto de freqüentes discussões; por um lado há os autores que consideram que a modernidade, enquanto característica de um certo modo de pensar se inicia com Descartes e a separação corpo/mente (ver Monteiro, 2001); por outro lado há os autores que consideram absolutamente inadequada tal designação, apontando para outras periodizações. Aqui lembramos Castoradis (1992) que propõem o seguinte esquema para pensar a história recente: “... *podemos distinguir três períodos: a emergência (constituição) do Ocidente; a época crítica (“moderna”); e a retração no conformismo.*” De qualquer maneira, seja qual for a avaliação a respeito da conveniência do termo “modernidade”, há um consenso a respeito de certa homogeneidade sociopolítica que se estende desde o século das Luzes (XVIII), até um pouco além da metade do século XX. E é este o momento em que assinalamos o início de nossas reflexões.

equipamentos urbanos”, ou seja, concentração, em certos espaços, de recursos técnicos/tecnológicos gerados e geridos segundo a expansão da racionalidade tecno-científica que marcou o período, comportando uma perspectiva de eficácia e operacionalidade compatível com a transformação da sociedade no sentido de sua industrialização. Este dado pode ser interpretado à luz de diferentes referências teóricas, o que faz variar o sentido das redes de determinações. Em certos referenciais analíticos as cidades modernas são a própria expressão do capital em expansão, contrastando com as cidades antigas, que sustentavam a relação dialética com o campo:

“Com o aparecimento da grande indústria, segundo Engels e Marx, a cidade (e sua capacidade interna de associação, concentração, de reunião) cessa de aparecer como ‘sujeito’ do processo histórico. A passagem para o capitalismo, da qual a cidade é o suporte social e o veículo, vai apresentar diferentemente o problema do sujeito (e talvez vai fazê-lo desaparecer).

Está terminado, no que concerne à cidade? Não. Ao contrário. Nos quadros econômicos e sociais que resultam do processo, no interior do modo de produção capitalista, a cidade persiste: as grandes cidades industriais, cidades comerciais, cidades políticas.” (Lefebvre, 1999)

Em outra interpretação é o desdobramento da técnica que se torna sujeito do processo histórico, posto que, com a industrialização os objetos e sistemas técnicos adquirem uma força incontornável de modelagem cultural e social:

“As épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução.” (.....)

“O período técnico vê a emergência do espaço mecanizado. Os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. Quanto ao espaço, o componente material é crescentemente formado do ‘natural’ ao ‘artificial’. Mas o número e a qualidade de artefatos varia. As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade das substituições, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos.” (Santos, 1997)

O espaço urbano aparece, na modernidade, como o espaço por excelência, destino de todas as construções humanas a acompanhar a marcha das conquistas civilizatórias. Ser urbano, conforme nos indica um dicionário da língua portuguesa, é não somente *pertencer à cidade*, mas é igualmente ser *cortês, afável, civilizado*. Urbanizar é também *civilizar, polir*. (Holanda)

A expansão da urbanização ocorreu em um ritmo que tendeu a acelerar-se durante todo o decorrer do século XX, com especial ênfase nas décadas 50/60 daquele século; este último intervalo corresponde aos esforços de redesenho das sociedades e coletividades destruídas por duas Grandes Guerras Mundiais. Apesar de uma mentalidade que tendia à totalização, alguns espaços (físicos/geográficos) permaneceram à sombra dos investimentos tecnificantes/tecnologicizantes, e do ponto de vista social passaram a caracterizar um “resíduo de ruralidade”, considerado até recentemente como “falha no processo de desenvolvimento”: atraso a ser superado. Quando colocado em perspectiva sob a ótica da urbanização, os espaços rurais também foram algumas vezes considerados “complementares” aos espaços urbanos, como intervalo para

uma vida em ritmo lento, em contraste com a aceleração exigida pela atividade industrial: espaço exótico, pitoresco, disponível para o desfrute de alguns poucos privilegiados.

É certo que os empreendimentos não foram os mesmos nos continentes do chamado Velho Mundo, diretamente atingidos pelos meios de destruição maciça, e nos continentes do Novo Mundo, tardiamente ocidentalizados. Porém, o sentido de modernização, urbanização e a conseqüente polarização entre meios claramente distintos - rural x urbano –atingiu-nos a todos. E se as formas de realização não foram idênticas, as mentalidades muito se assemelhavam mundo afora.

No Brasil, em particular, podemos captar a existência de um movimento quase-contínuo que se iniciou com a introdução dos transportes ferroviários (a partir da metade do século XIX) e culminou na década de 70 do século XX quando se passou a falar intensamente na “revolução modernizante” do rural e da agricultura, com o incremento exponencial da moto-mecanização e quimificação na produção agrícola, e com a alteração do regime de identidades socioculturais que em período anterior distinguia o agricultor do trabalhador industrial.

Postulou-se mundialmente, a partir desta época, a existência de uma outra configuração no espaço social, onde a dicotomia rural x urbano deixou de ser suficiente na medida em que a realidade considerada rural sofreu uma clivagem que distinguia um rural moderno/modernizado, equipado e rico, e um rural tradicional, conservador e pobre.⁴

A bifurcação moderna na construção social do espaço atingiu, ao final do século XX, sua melhor expressão na dicotomia artificial/natural, que muitas vezes provocou a emergência de proposições linguageiras para redimensionar a distância rural/urbano. Foi um tempo de criações para a sociologia, com tentativas de nomenclaturas híbridas: rur-urbano, rurbarno, novo rural, etc. De qualquer modo, e sempre, o parâmetro para tipologização do espaço social consistia na graduação entre o máximo e o mínimo de penetração da racionalidade técnico-científica em cada territorialidade identificada e significada.

A apologia da artificialização do ambiente se expandiu até os limites paroxísticos em que o pensamento nos obriga a formular outros valores paradigmáticos, quando duas perspectivas se colocam em antagonismo crescente: uma que exalta as virtudes econômicas e sociais das tendências tecnificantes/tecnologizantes, vislumbrando uma homogeneidade espacial global/globalizante, e outra que

⁴ Falaremos, de um modo geral, de uma característica do pensamento que é próprio de uma época mais do que de um lugar. Contudo, não podemos deixar de assinalar que a história própria de cada região, estado, nação ou continente, nos remete a uma substantiva diferença no que se refere à conveniência de usar tais ou quais adjetivos. Assim, a realidade que serve de referência na definição da “pobreza rural” na Europa é muitíssimo contrastante com a mesma identificação nos continentes sul-americano e africano, e o que se pode chamar de “tradição”, em cada caso, remete a condições culturais incomensuráveis. Este assinalamento tornar-se-á decisivo na seqüência de nossos argumentos.

condiciona a sobrevivência da espécie humana, o devir do homem na Terra, a um projeto de desaceleração da entrada dos vetores técnicos/tecnológicos e diferenciação dos espaços ocupados/construídos.

No primeiro caso, aponta-se a emergência de uma nova cultura – cibercultura – na qual o espaço virtual é o dado por excelência, correspondendo a novas e radicais formas de sociabilidade e produção humanas, onde os antigos territórios, com suas características próprias, deixam de ser referência decisiva – neste caso, o que se apresenta como contra-partida que justifica o empreendimento, é a existência/resistência de espaços puros, inteiramente naturais, que forneceriam o dado material a ser transformado em simulacro nos circuitos eletro-eletrônicos das redes informacionais. A textura socioespacial seria assim a de uma realidade virtual, formada por uma rede de pontos interligados, conectados entre si em tempo-real, que se apoiaria sobre o ser bruto de uma natureza concebida como espaço real, indiferente e indiferenciada, amorfa, cuja dimensão temporal se pretende eterna, e cuja condição de existência seria passiva e pacífica.

Em contraste com esta proposição, enunciamos uma possibilidade que consiste na redução dos investimentos tecnológicos gerados e geridos a partir de organismos centrais de planificação social, com a recusa dos processos de globalização homogeneizantes, e a conseqüente valorização da diversidade sociocultural representada pela coexistência de espaços diferenciados, únicos e irredutíveis a escala de valores hierárquicos e excludentes, espaços dinâmicos onde não se concebe a realidade de modo dicotômico; nesta perspectiva, o sentido de cultura, qualquer que seja ele, não se define na distância, autonomia e antagonismo contra uma provável natureza que agiria e reagiria de modo espontâneo.

II - Sustentabilidade espacial e espaço rural –ressignificações da natureza.

As duas formas de concepção e construção social do espaço indicadas nos parágrafos anteriores encontram expressão nas discussões sobre a problemática ambiental expostas e dispostas no domínio cada vez mais amplo do pensamento da sustentabilidade.

As evidências que mantêm de pé um consenso em torno da noção de sustentabilidade têm seu ponto de partida no espanto causado pelo ingresso da humanidade na chamada era nuclear. De Gro Harlem Brundtland, em 1987, até agora, quando o sociólogo Georges Balandier, em 1998, afina as posições filosóficas em torno da relação homem-natureza, as inquietações se originam sempre neste dado:

“dentre os perigos que ameaçam o meio ambiente o mais grave é sem dúvida a possibilidade de uma guerra nuclear, ou de um conflito militar de menor escala que envolva armas de destruição em massa.”(BRUNDTLAND, 1988)

O sociólogo francês afirma ecoando outras tantas vezes:

“ao longo deste século o homem conquistou o que jamais pôde pretender: o poder de se auto-destruir, com a entrada na era nuclear...”(BALANDIER, 1999).

A partir desta constatação, o pensamento contemporâneo enfrenta o desafio de se colocar mais uma vez a inquietante pergunta do “que fazer”. A questão desorienta os paradigmas das ciências vigentes e reorienta a busca paradigmática.⁵

Nas soluções indicadas encontramos inicialmente um conjunto de respostas que realça a necessidade de operar saltos qualitativos na concepção de ciência, rumando para um pensamento complexo que se utiliza das próprias ferramentas da tecnociência para buscar alternativas. Trata-se, nestes casos, de soluções que desembocam na primeira perspectiva indicada na construção social do espaço na contemporaneidade: a cibercultura de um lado, e a natureza intocada do outro. Neste paradigma, a sustentabilidade se formula no horizonte de um processo de desenvolvimento que pode ser alcançado através de uma nova razão político-administrativa de formulação de ações sociais, nos domínios governamental e não governamental. Uma idéia de sustentabilidade espacial faz parte deste conjunto paradigmático, e para torná-la clara destacamos as definições mencionadas por Ignacy Sachs(1993), quando pensa a transição para a sustentabilidade. Na proposta de transição para o século XXI, o autor, apoiado na definição de Constanza para a sustentabilidade ecológica⁶, apresenta um planejamento que contempla cinco dimensões: sustentabilidade social - *“... o objetivo é construir uma civilização do ‘ser’, em que exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda...”*; sustentabilidade econômica - *“... alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado.”*; sustentabilidade ecológica - *regulação dos meios de produção e padrões de consumo*; sustentabilidade espacial - *“... configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas...”* e sustentabilidade cultural *“... busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção...”*. (p.25 – 27)

Quando combinados os aspectos espaciais e culturais do modelo, resulta que o meio rural considerado tradicional, conservador e atrasado, passa a ser ressignificado como raiz cultural, origem da força endógena

⁵ Segundo U. Beck(1997), viveríamos atualmente sob a égide da sociedade de risco, onde o desenvolvimento da tecnociência não pode mais dar conta da predição e controle dos riscos que contribuiu decisivamente para criar e que geram consequências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio-ambiente, desconhecidas a longo prazo e que, quando descobertas, tendem a ser irreversíveis. Entre estes estão os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente.

⁶ *“sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se; mas em que d) os resultados das*

a ser colocada em expansão, e no limite, sede da natureza a ser preservada elementar e pura, para garantir o equilíbrio frente ao horizonte de articializações que se projeta em um ponto muito distante do real – o real virtual.

Para confirmar esta hipótese realizamos um primeiro levantamento com uma população urbana, disposta em três grupos de variadas idades, levantando suas representações acerca do rural. Trabalhamos com a metodologia do núcleo central das representações sociais (Sá, 1993) e, através de uma busca de associações entre significantes, chegamos a duas matrizes de significados para a idéia de “rural”: o rural relacionado à natureza, através da enumeração de coisas e seres constitutivos de uma “paisagem”, e esta mesma paisagem associada a sensações de refrigério: *tranqüilidade, ar puro, sossego, descanso*.⁷

Na continuação da pesquisa empírica, sempre com o objetivo de confirmar a hipótese de que a sustentabilidade espacial e cultural, tal como referidas nos paradigmas dominantes implicam em ressignificações do meio rural em direção a uma suposta natureza primeira, realizamos uma coleta de material relativo à produção simbólica e estética do novo cenário rural, e ali confirmamos a multiplicação da iconografia de paisagens de forte apelo naturalista, e textos que adjetivam sempre de forma superlativa o ambiente rural. Estas características estão presentes tanto no material relativo à realidade rural brasileira, quanto naqueles que têm origem em outros países da América Latina e nos projetos de desenvolvimento rural da União Européia (como o programa LEADER).

Parece fácil, diante das vicissitudes da vida urbana, deixar-se envolver pela perspectiva nostálgica que aponta para as formas sensíveis de contato com a natureza. No exercício de um cotidiano que exige constantes racionalizações, a imagem da mudança emerge freqüentemente enquanto imagem de abandono ao devir dos mares, lagos, rios e florestas. Respirando ácaros, sentindo a pele ressecar-se irreversivelmente no uso viciante dos aparelhos de ar condicionado, cheirando fumaça de óleo-diesel, desfrutando a paisagem nas aberturas retangulares das janelas dos edifícios, absorvendo o medo das enchentes, do trânsito, dos assaltos e seqüestros, das quedas-de-energia-elétrica-em-pleno-elevador, nada mais provável do que fantasiar a conveniência de um retiro bucólico e um recuo civilizatório ao tempo das andorinhas, do vento fresco, dos horizontes abertos, do passeio na chuva e por aí afora: realidade a ser buscada no ambiente rural e que encontra sua máxima expressão na abundância de programas de turismo ecológico,

atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida (Constanza, 1991, p.85)

⁷ Para uma exposição mais detalhada destes e de outros elementos que compõem a construção social do rural contemporâneo, ver Froehlich(2002).

cultural, rural.... Quimeras fabricadas na distância com o real, pautadas por um conhecimento apenas parcial e seletivo da dinâmica rural.

III – A insustentável naturalização do rural.

Apesar da noção de sustentabilidade implicar em seu germe uma perspectiva crítica em relação à construção social do espaço-tempo própria da modernidade, suas implicações nem sempre são compatíveis com esta mesma crítica, ou, ainda mais dramaticamente, aprofundam aspectos negativos do modelo mesmo que pretendiam criticar. Malgrado as boas intenções de analistas, técnicos e políticos que alimentam a associação rural-natureza, através de programas de atividades para o desenvolvimento sustentável, esta proposição evidencia muito freqüentemente a presença de jogos de forças e registros de dominação, submissão e exclusão, com seus correlatos de oposição e resistência.

Em todos os casos em que há dominação, a força em expansão é totalizadora, seja em direção à implantação dos artifícios tecnológicos em regiões, ou locais, que permaneceram fora dos circuitos modernos/modernizantes, seja em direção à manutenção ou conservação pura e simples destas mesmas regiões ou locais. Frente à dicotomia urbano e rural na tipologização dos espaços, os processos de dominação prevêm para alguns sítios o total desaparecimento de qualquer suposta realidade rural, subsumida aos registros da expansão urbana (tecnificante/tecnologizante); prevê, por outro lado, a total separação entre estes ambientes modernos, urbanizados e artificiais, e o rural identificado com o natural.

O melancólico e nostálgico retorno ao rural comporta, em nosso entendimento, uma perigosa reaproximação às forças da natureza, acarretando riscos de revalorização de um neocomunitarismo tradicionalista, que chegou a formas extremas nas políticas nacionalistas. Este problema está bem assinalado por Georges Balandier (1999). Quando trata do imaginário coletivo de retorno à natureza, o autor nos lembra:

“É o romantismo que leva a ‘habitar’ a natureza, a ser menos preocupado em conhecê-la para possuí-la e dela retirar o poder. Assim é que o sentimento e a imaginação superam as faculdades meramente racionais; as sensações obscuras não são mais recuadas e os mitos reaparecem com um vigor novo. Se se identifica uma ‘atitude romântica’ própria de uma época determinada [...] é preciso também reconhecer a filosofia que a fundamenta, inspira a criação em todos os campos, e define as formas da sensibilidade e as crenças: a dos ‘filósofos da natureza’, a do romantismo filosófico dos séculos XVIII e XIX. Este impõe uma premissa: a unidade do mundo exterior, a idéia de uma ‘universal analogia’ ou de um laço que ‘liga cada coisa a outra coisa’ [...]

[...] Os mitos restituem a essas atitudes reencontradas uma nova vida; revelam, sempre presentes, mas na sombra, as ‘forças’ que a razão ‘quis imergir para sempre’. O risco assumido não é somente o de assistir a transbordamentos imaginativos, mas de ver essas forças impulsionadas de maneira nefasta. É o desvio fatal que quis fazer do nazismo a continuação do romantismo alemão, exaltando uma natureza selvagem, original e pura, à qual só se tem acesso através das vias do sentimento. [...]

A dúvida reside nisso. O imaginário parece só poder encontrar a floresta, a árvore tão longamente celebrada porque portadora de uma forte carga simbólica, através de caminhos desviados e cheios de armadilhas. "(Balandier, 1999. p. 124-125.)

O paradigma da sustentabilidade que apresenta a forte identificação do rural com a natureza retém da epistemologia clássica os pressupostos de uma natureza vazia de homens, sujeita às leis positivas de cientistas e técnicos, e coletividades humanas desprovidas de territórios. No limite da crítica às análises e ações que se orientam pela hegemonia desta ressignificação do rural, entendemos que os devires espaço-temporais para a sustentabilidade implicam a eliminação de divisas e fronteiras, tomando o sentido oposto das identificações rígidas e sólidas, das quais o nacionalismo é apenas uma delas, e supõem um entendimento muito mais profundo e complexo sobre os sentidos da "natureza" no domínio das novas técnicas, sobretudo em seu percurso para a biotecnologia.

A novidade que acompanha o provável advento de uma era não mais moderna consiste no abandono de uma das mais caras filosofias/ideologias que sustentou o corte natureza/cultura: a lei da evolução natural. Dois episódios assinalavam os limites do "natural": o nascimento e a morte – destino e fatalidade. No cenário das biotecnologias o termo que surge para identificar uma nova periodização já nem sequer é um eventual "pós-moderno", mas um radical "pós-orgânico". Com Sibilia (2002) acompanhamos a montagem de um dispositivo de saber/poder:

*"... agora o **nascimento** pode ser planejado, e no horizonte fáustico da nova tecnociência, a **morte** está deixando de ser uma condenação certa.*

A natureza que acompanhou o desenvolvimento do capitalismo industrial, portanto, está em pleno processo de reconfiguração. O século XXI irrompe em um mundo no qual três espécies biológicas são extintas por hora, em decorrência das intervenções tecnocientíficas na biosfera. A aceleração da contagem regressiva da diversidade biológica é assustadora: antes da era industrial a taxa de extinção das espécies era de uma a cada mil anos; o prazo começou a diminuir já no começo da industrialização, registrando uma extinção a cada década. Esse incremento exponencial acabou gerando algumas transformações qualitativas. Assim, a "seleção" que atualmente elimina 72 espécies biológicas por dia não parece mais se encaixar na categoria de "natural" enunciada por Darwin em meados do século XIX. O acionar daquele mecanismo era lento por definição: a velha Natureza demorava um milhão de anos para criar uma nova espécie, que normalmente estava destinada a viver entre dois e quatro milhões de anos.

Hoje não só a extinção é infinitamente mais veloz: graças à engenharia genética, em aliança com o instrumental informático, a criação de novas espécies por meio de artimanhas não naturais também virou rotina diária nos laboratórios do mundo inteiro. Desde 1996 foram lançadas no planeta Terra várias dezenas de organismos geneticamente modificados, tanto vegetais como animais, para serem utilizados nas lavouras e pastagens de diversos países.⁸

Com estas considerações somos levados a concluir que as reterritorializações que buscam resguardar a "natureza" através de uma associação semântica com o "rural" são de dois modos opostas às

⁸ Recomendamos a leitura completa do texto de Sibilia, P. (2002) para uma compreensão mais abrangente sobre as alterações do significado de "natureza" neste momento histórico em que se pode bem falar de uma pós-natureza e de um homem pós-orgânico, com uma transição paradigmática radical.

proposições mais esclarecidas a respeito da sustentabilidade: por um lado, conservam uma dicotomia ambiental que mais uma vez identifica o “rural” como expressão de conservação, estagnação e in-comunicabilidade; por outro lado, tais reterritorializações são míopes para enxergar os horizontes mais longínquos para onde tendem os avanços tecnológicos e seguem estimando as conquistas do domínio virtual na esfera exclusiva da expansão computacional: a realidade virtual é concebida apenas na definição epistemológica, sem chegar a considerar a diferenciação ontológica para a qual nos dirigimos...

IV – Espaços heterogêneos: rurais + urbanos + naturais + artificiais + singulares + universais.

“Os deslocamentos para ver tomam caminhos, entroncamentos, trevos, a fim de que o exame entre nos detalhes ou passe a uma sinopse global: mudanças de dimensão, de sentido e direção. Mas o sensível, em geral, mantém juntos todos os sentidos, como um laço ou trevo generalizado, todas as dimensões e todos os conteúdos. Entendam por conteúdo os diversos terrenos por onde a vista passa: lugares, mundos, estátuas e jardins, desertos, oceanos e mares, meteoros, países e despaisamentos, a mudança do prado em página, o chamado concreto ou a suposta abstração, a lei, o direito, o hino medieval e os mandamentos do amor, a apologia dos nós e o espectro das cores... a visita explora e detalha todos os sentidos do sensível envolvidos ou presos em seu nó.”

Michel Serres

Em contraste com as posições que representam a persistência de processos de dominação nas perspectivas de construção do espaço social, as posições emancipadoras a respeito da sustentabilidade prevêm uma racionalidade inteiramente nova, tingida de irracionalidades poéticas, que despedem os projetos totalizadores, a favor de projeções instáveis, que se adaptem flexivelmente às injunções sociais de caráter inclusivo e includente.

Os mapas bio-antropo-psico-sociais que emergem das perspectivas emancipadoras em torno da noção de sustentabilidade orientam-se pela busca do universal e do singular em cada experiência que se oferece à análise, e contemplam o enfraquecimento de fronteiras e divisas pela formação de composições espaciais híbridas que comportam polifonia e polissemia.

Os aspectos sociopolíticos da sustentabilidade não são alcançáveis apenas pela revisão epistemológica, que conserva intacto o corte sujeito/objeto, reforçando todas as dicotomias decorrentes daí, inclusive as oposições homem/mundo, cultura/natureza. Ao pensar em um mundo sustentável, buscamos um outro saber no ultrapassamento das revisões epistemológicas por reconstruções ou revisões de caráter ontológico. Não apenas o espaço, mas principalmente a nova equação espaço/ tempo:

“Traduzidos do espaço para a temporalidade, a nostalgia ou o narcisismo, que sonham com um sujeito no centro de tudo, engendraram a estranha idéia de que existem dois análogos desse centro no tempo, o começo e o agora, este último continuamente otimizado como o momento em que sabemos melhor o máximo de coisas.

Porque, de fato, como o espaço, o tempo não semearia em si, ele também uma infinidade de centros ou instantes capitais? Quantos começos e fins terão verdadeiramente lugar neste momento? (Serres, 1991)

Uma nova ontologia da constituição do espaço está exposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, em sua obra *Mil Platôs*, e o que se pode deduzir deste trabalho é que uma possível sustentabilidade espacial se expressa na manutenção de uma dinâmica que comporta dois movimentos: o alisamento e o estriamento. Duas construções : o espaço liso e o espaço estriado. O espaço liso é direcional apenas, trajeto, deriva ; o espaço estriado é dimensional, métrico, passagem, movimento de um ponto a outro. Como consequência desta distinção, o espaço liso é ocupado por acontecimentos – é *háptico* (relacionado com os gestos e a continuidade do movimento), espaço de afetos (intenso), enquanto o espaço estriado está formado por propriedades, é ótico (distante), mensurável, extenso. O remetimento mais comum faz relacionar o espaço liso ao pecuarista-nômade e o espaço estriado ao agricultor. No entanto:

“Não é possível contentar-se em opor imediatamente o solo liso do pecuarista-nômade e a terra estriada do cultivador sedentário. É evidente que o camponês, mesmo sedentário, participa plenamente do espaço dos ventos, das qualidades sonoras e táteis. Quando os gregos antigos falavam do espaço aberto do ‘nomos’ , não delimitado, não repartido, campo pré-urbano, flanco de montanha, platô, estepe, não o opõem à agricultura, que, ao contrário, pode fazer parte do ‘nomos’; eles o opõem à ‘pólis’, à urbe, à cidade... É a cidade que inventa a agricultura: é sob a ação da cidade que o agricultor, e seu espaço estriado, se superpõem ao cultivador em espaço ainda liso (cultivador transumante, meio-sedentário ou já sedentário). Desse modo podemos reencontrar neste nível a oposição simples que antes recusávamos, entre agricultores e nômade, entre terra estriada e solo liso: mas passando pelo desvio da cidade, enquanto força de estriagem.”(Deleuze/Guattari, 1997)

G. Deleuze e F. Guattari se valem ainda de modelos da matemática, da física e da estética para seguirem enunciando a diferença entre o liso e o estriado. As mesmas intuições se repetem, é claro, em todos os casos: de um lado multiplicidades não métricas, qualitativas, acentradas, rizomáticas, planas, de malta e de distância – do outro lado multiplicidades métricas, extensivas, centradas, arborescentes, numerárias, dimensionais, de grandeza; ou ainda, de um lado “séries paralelas que se entrecruzam perpendicularmente” e de outro lado *declinação* e fuga, desvio “infinitamente pequeno entre a vertical da gravidade e o arco do círculo ao qual essa vertical é tangente.”(idem, 1997); visão aproximada no espaço liso, visão distanciada no espaço estriado.

Assim, as transformações sociais são apresentadas enquanto processos de “alisamento” e “estriamento”. A história social é lida nestes deslocamentos, transições, transversalizações, mutações:

“Nunca nada se acaba: a maneira pela qual um espaço se deixa estriar, mas também a maneira pela qual um espaço estriado restitui o liso, com valores, alcances e signos eventualmente muito diferentes.

Talvez seja preciso dizer que todo progresso se faz por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz todo devir. ”(idem,1997)

O sentido sociopolítico da sustentabilidade que buscamos se encontra mais diretamente relacionado aos momentos de alisamento do espaço, na medida em que entendemos que a sustentabilidade implica um componente de crítica e emancipação social. Contudo, não se trata de definir o espaço liso enquanto liberador em si. As forças que coagem o espaço, formando as estrias e restringindo os deslocamentos não são extemporâneas a outras forças que secretam espaços lisos através dessas mesmas estriagens. Alisamento e estriagem são dois modos de produzir espaço, que se comunicam. Os espaços lisos são liberadores na medida em que neles *“a luta muda, se desloca, a vida reconstitui seus desafios, afronta novos obstáculos, inventa novos andamentos, modifica os adversários.”(idem,1997)*

O entendimento a que se chega a partir da distinção entre liso e estriado segue em direção à elaboração de planos de consistência enquanto diagramas de intensidades e composição de agenciamentos, que por sua vez criam conexões ou as bloqueiam – forças de singularização e mutação/ forças de estratificação. Contra as estereotípias que homogeneizam os campos sócio-político-culturais, o que se espera é uma interação crítico/criativa, com sensibilidade para misturar os corpos: às próteses geradas na relação com um domínio exclusivo do desenvolvimento técnico (as tecnologias da cognição) podem se opor simbioses percepto-cognitivas que façam surgir outros devires, ou deixem fluir devires antigos, uma vez capturados e eliminados, através de sua modelagem pelos equipamentos sociais, pelos meios de comunicação, pelos métodos de adaptação de todos os tipos.

Na relação cidade/campo, o que se constata sem sombra de dúvidas é que a urbanização conduziu a limites paroxísticos os processos de estriamento de espaços até chegar ao ponto da auto-destruição e instalação do caos urbano. Um *“nomadismo caótico da urbanização descontrolada”* (Guattari, 1992) faz transbordar sobre o campo, sobre o espaço rural, os liames técnicos e de civilização:

“Os prospectivistas predizem-nos, com efeito, que nos decênios futuros cerca de 80% da população mundial viverão em aglomerados urbanos. E, devido a isso, convém acrescentar, que os 20% restantes da população mundial, mesmo que “escapem” do habitat da cidade, dela serão entretanto tributários, através de vários liames técnicos e de civilização. Em outros termos, é a distinção mesma entre a cidade e a natureza que tenderá a se esmaecer...” (Guattari, 1992).

Neste quadro, a política da sustentabilidade prevê o manejo de devastações ecológicas que acontecem tanto no domínio de um mundo físico, de energias densas, quanto no domínio de um mundo social e sobretudo mental. Não basta uma planificação que segregue o meio “rural” tornando-o depositário das reservas energéticas que se consome desenfreadamente na vida urbana. Um reinvestimento no sentido

de uma sociedade sustentável supõe a reinscrição das racionalidades em jogo em paradigmas ético-estéticos que contrastem com os paradigmas cientificistas e produtivistas.

A função reivindicada em um novo percurso, de restauração dos territórios existenciais coletivos, é a imaginação material⁹ capaz de re-singularizar situações e deste modo opor-se ao esmagamento homogeneizante do consumo e auto-consumo. A partir desta função, a reconstrução do espaço rural tem sido colocada em perspectiva através de movimentos pouco visíveis ainda, mas que já têm um nome suficientemente forte, e expressões bastante intensas: as figuras destes movimentos estão registradas nas obras da *Land Art*, aqui indicadas a título de conclusão.

V - Referências bibliográficas:

- BACHELARD, G. *O direito de sonhar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BALANDIER, G. *O dédalo: para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: _____. GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Edunesp, 1997.
- BRUNDTLAND, G.H. /COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CASTORIADIS, C. *O mundo fragmentado - as encruzilhadas do labirinto/3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- FROELICH, J.M. & MONTEIRO, R. C. Interdisciplinaridade, técnica e desenvolvimento sustentável. In: *Revista Extensão Rural*. Santa Maria: CPGEr/Universidade Federal de Santa Maria. Vol. 5, N^o 5, (jan/dez, 1998). p 49-70.
- FROELICH, J. M. *Rural e Natureza*. A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.
- GUATTARI, F. *Caosmose – um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- LEFEBVRE, H. *A Cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- MONTEIRO, R.C. *Ser(tão) sem fim – cartografias socioambientais entre o Alto Santana e o Remanso do Paraíba*. Tese. Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2001.
- MONTEIRO, R.C. Cartografias socioambientais e formação de identidades culturais: descrição e análise de casos no meio rural brasileiro. In *Ruralidades*. CPDA/UFRRJ, 2002, no. 3/outubro, p.19-41.
- NOGUEIRA, L.C. *La risa del espacio- el imaginario espacio-temporal en la cultura contemporánea: una reflexión sociológica*. Madrid: Tecnos, 1997.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço – técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SERRES, M. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SERRES, M. *Os cinco sentidos – filosofia dos corpos misturados*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.
- SIBILIA, P. *O homem pós-orgânico – corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- SOUZA, E.; MONTEIRO, R.C. Psicologia social do espaço: uma introdução. In *Cadernos de Psicologia*. Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995, no1, p.64-71

⁹ Utilizamos a terminologia bachelardiana para distinguir a função aqui reivindicada daquela imaginação puramente formal, típica das abordagens fenomenologistas. A imaginação material “*não opera a partir do distanciamento da pura visão, ela não é contemplativa. Ao contrário, afronta a resistência e as forças do concreto, num corpo a corpo com a materialidade do mundo, numa atitude dinâmica e transformadora.*” (Pessanha, in Bachelard, 1994)